PARTICIPAÇÃO PÚBLICA DO PLANO DE GESTÃO DOS RISCOS DE INUNDAÇÃO

Região Hidrográfica 3 – Douro

Zonas Críticas: Régua, Porto/Vila Nova de Gaia e Chaves

Relatório de avaliação

Resultados da participação pública

Maio 2016
ÍNDICE

1. ENQUADRAMENTO ........................................................................................................................................7
   1.1. Objetivos....................................................................................................................................................7
   1.2. Participação pública..................................................................................................................................7

2. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA .........................................................................8
   2.1. Metodologia da participação pública ........................................................................................................8
   2.2. Divulgação e sessões públicas ...................................................................................................................9
      2.2.1. Como foi feita a divulgação e a consulta pública ....................................................................................10
      2.2.2. A que escala foi organizado o processo de participação pública dos PGRI ........................................15
   2.3. Nível e qualidade da participação ............................................................................................................16
      2.3.1. O público que foi envolvido no processo de participação pública dos PGRI ........................................16

3. RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA .........................................................................................18
   3.1. Análise dos contributos recebidos ............................................................................................................18
   3.2. Resultado dos contributos a sua integração nos PGRI .............................................................................18

4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES ......................................................................................................19
   4.1. Análise SWOT do processo de participação pública ....................................................................................19
   4.2. Recomendações futuras ........................................................................................................................20

ANEXO I - FICHA DE INSCRIÇÃO, FICHA DE AVALIAÇÃO .........................................................................21
ANEXO II - PRESENCAS NA SESSÃO PÚBLICA .....................................................................................22
ANEXO III - NOTAS DA SESSÃO PÚBLICA ..............................................................................................23
ANEXO IV - CONTRIBUTOS RECEBIDOS E RESPETIVA ANÁLISE ..........................................................25
ÍNDICE DE QUADROS

<table>
<thead>
<tr>
<th>Quadro</th>
<th>Descrição</th>
<th>Página</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Quadro 1</td>
<td>Ficha síntese de avaliação do processo de consulta pública e dos resultados</td>
<td>9</td>
</tr>
<tr>
<td>Quadro 2</td>
<td>Número global de respostas de acordo com a classificação atribuída às questões relativas ao conteúdo da sessão pública</td>
<td>13</td>
</tr>
<tr>
<td>Quadro 3</td>
<td>Análise SWOT do processo de participação pública</td>
<td>19</td>
</tr>
</tbody>
</table>

ÍNDICE DE FIGURAS

<table>
<thead>
<tr>
<th>Figura</th>
<th>Descrição</th>
<th>Página</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Figura 1</td>
<td>Componentes da avaliação do processo de consulta pública</td>
<td>8</td>
</tr>
<tr>
<td>Figura 2</td>
<td>Página de Internet da APA com indicação para o processo de participação pública</td>
<td>10</td>
</tr>
<tr>
<td>Figura 3</td>
<td>Página de Internet do Participa com indicação para o processo de participação pública</td>
<td>11</td>
</tr>
<tr>
<td>Figura 4</td>
<td>Folheto de divulgação da sessão de participação pública</td>
<td>12</td>
</tr>
<tr>
<td>Figura 5</td>
<td>Distribuição dos participantes de acordo com a classificação atribuída às questões</td>
<td>14</td>
</tr>
</tbody>
</table>
1. ENQUADRAMENTO

1.1. Objetivos

O presente documento tem por objetivo apresentar os resultados do procedimento de participação pública que decorreu em Portugal Continental, sobre os Planos de Gestão dos Riscos de Inundações da Região Hidrográfica, no âmbito da implementação da Diretiva 2007/60/CE, de 23 de outubro, relativa à avaliação e gestão dos riscos de inundações transposta para o direito nacional através do Decreto-Lei nº 115/2010, de 22 de outubro.

Neste relatório de avaliação descreve-se cada procedimento de participação pública desenvolvido no âmbito do processo de elaboração do PGRI, incluindo os seguintes aspetos:
   a) A avaliação das sessões públicas de esclarecimento;
   b) Os contributos e pedidos de esclarecimento;
   c) As formas de melhorar procedimentos futuros.

Os contributos decorrentes de cada procedimento de participação pública são avaliados no sentido de se poder aferir da qualidade dos mesmos e a mais-valia efetiva que poderão ter para o PGRI objeto de consulta e de participação.

A informação integrada neste documento inclui os dados das sessões públicas realizadas e os contributos recebidos durante estas fases de participação pública.

1.2. Participação pública

A participação ativa de todas as partes interessadas na elaboração dos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI) é um ponto-chave expresso na Diretiva 2007/60/CE, de 23 de outubro, enquanto motor para o sucesso da prossecução dos seus objetivos, na medida em que contribui para:

- Processos de tomada de decisão mais sustentados;
- Maior entendimento dos problemas associados aos riscos de inundações e dos contributos dos vários setores para minimizar esses riscos;
- Diminuição de eventuais conflitos;
- Envolvimento dos stakeholders na implementação das medidas.

A informação inerente a cada procedimento de participação pública foi disponibilizada no portal da APA (http://apambiente.pt/) e no portal do PARTICIPA (http://participa.pt/), tendo o público interessado sido informado das formas de participação que tinha ao seu dispor, para formular pedidos de esclarecimento ou enviar contributos. Foi realizada uma sessão pública de esclarecimento aberta a todos os interessados.
2. AVALIAÇÃO DO PROCESSO DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

2.1. Metodologia da participação pública

A avaliação do processo de consulta pública foi estruturada de acordo com o esquema apresentado na Figura 1.

Para cada um destes aspectos, a avaliação foi efetuada:

- Comparando o que foi efetuado com o preconizado na Diretiva 2007/60/CE, de 23 de outubro, e no Decreto-Lei nº 115/2010, de 22 de outubro;
- Recorrendo a indicadores qualitativos e quantitativos que resultam da análise da informação recolhida nos inquéritos efetuados aos presentes nas sessões;
- Com base nas críticas e sugestões efetuadas pelos participantes das sessões de apresentação.

Assim, e de modo a sistematizar a informação, para cada um destes itens foi elaborada uma Ficha Síntese, com a estrutura que se apresenta no Quadro 1.

Figura 1 – Componentes da avaliação do processo de consulta pública.
Quadro 1 – Ficha síntese de avaliação do processo de consulta pública e dos resultados.

<table>
<thead>
<tr>
<th>O QUE FOI FEITO:</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1. Sessão pública de esclarecimento aberta a todos os interessados;</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>INDICADORES:</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1. Participantes na Sessão pública;</td>
</tr>
<tr>
<td>2. Acessos ao SNIRH;</td>
</tr>
<tr>
<td>3. Acessos ao Participa.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Foram desenvolvidos indicadores (tais como a composição dos participantes em termos de sectores económicos ou satisfação dos participantes face à informação disponibilizada) que permitem quantificar o desempenho deste processo e avaliar os resultados obtidos no âmbito das sessões públicas.

De modo a facilitar a leitura, e tornar a avaliação mais apelativa, essa informação foi, sempre que possível, apresentada sob a forma de gráficos e figuras.

<table>
<thead>
<tr>
<th>RESULTADOS:</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Foram analisadas os contributos provenientes das sessões públicas, e do e-mail do PGRI e do Portal PARTICIPA</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>AVALIAÇÃO:</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Com base na análise dos elementos apresentados, foi feita uma avaliação sumária do que seria incorporado nos PGRI.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

2.2. Divulgação e sessões públicas

O processo de participação pública foi precedido de uma reunião técnica conjunta, promovida pela Comissão Nacional de Gestão dos Riscos de Inundações (CNGRI), tendo a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) assegurado a sua organização. Esta reunião decorreu a 22 de Outubro de 2015 na sede da ANMP em Coimbra, tendo sido convidados todos os municípios potencialmente interessados. Esta reunião teve como objetivo transmitir um conhecimento mais detalhado da aplicação da Diretiva sobre a Avaliação e Gestão dos Riscos de Inundações (2007/60/CE), assim como informar sobre os desenvolvimentos de cada um dos PGRI.

No decurso da sessão técnica foi solicitado aos representantes dos municípios que fosse efetuada a validação da informação sobre os elementos expostos às inundações, considerando a cartografia das zonas inundáveis e de risco de inundação, publicada em fevereiro de 2015 e divulgada no Geoportal da APA (http://sniamb.apambiente.pt/diretiva60ce2007/). Foram referidos os critérios considerados no âmbito do PGRI para se proporem medidas para os elementos expostos, a magnitude da inundação e o grau de risco. Atendendo à abrangência das várias medidas a implementar, foi ainda solicitado aos diferentes municípios contributos na perspetiva de minimizar o risco de inundações para cada Zona Crítica. No que importa à RH3, foi recebida informação sobre elementos expostos e respetiva localização, informação essa que foi posteriormente analisada e integrada, desde que cumpridos os critérios de inclusão considerados no PGRI.
O período de consulta pública de todos os Planos de Gestão dos Riscos de Inundações decorreu entre 17 de dezembro de 2015 e 17 de março de 2016, tendo-se realizado a sessão pública de apresentação e discussão do PGRI-RH3 na cidade do Porto a 20 de janeiro de 2016. Esta sessão incidiu também sobre o PGRI-RH2 e o PGRI-RH1, ou seja os PGRI que integram a área de jurisdição da Administração da Região Hidrográfica do Norte (ARH-Norte).

2.2.1. Como foi feita a divulgação e a consulta pública

**Divulgação:**

A divulgação do processo de participação pública foi efetuada a através dos seguintes meios:

- Correio eletrónico;
- SMS;
- Portal de internet: www.apambiente.pt

![Figura 2 – Página de Internet da APA com indicação para o processo de participação pública.](image-url)
Portal de internet: http://participa.pt

Figura 3 - Página de Internet do Participa com indicação para o processo de participação pública.

RELATÓRIOS:
A informação de suporte para o processo de Participação Pública foi a proposta de projeto do PGRI-RH3 disponibilizado pela APA para este procedimento.
A proposta de projeto do PGRI-RH3 é composto por 5 partes que a seguir se discriminam:

- Parte 1 – Enquadramento
- Parte 2 – Conclusões sobre a Cartografia de Inundações e Caracterização dos Elementos Expostos
- Parte 3 - Medidas e Objetivos
- Parte 4 - Participação Pública. Lista de Autoridades
- Parte 5 – Referências Bibliográficas
SESSÃO PÚBLICA:

Foi promovida uma sessão pública de apresentação e discussão, aberta a todos os interessados. A ficha de inscrição do participante (Anexo I) foi efetuada através de um formulário online para caracterização do público presente.

No decurso da sessão, foram fornecidos os seguintes elementos:

- Folheto de divulgação da sessão regional (Figura 4)

![Figura 4 - Folheto de divulgação da sessão de participação pública.](image)

INDICADORES:

DIVULGAÇÃO:

Para avaliar o desempenho na divulgação da sessão pública, consideraram-se os seguintes indicadores:

1. Número de entidades contactadas;
2. Meios de divulgação;
3. Modo de conhecimento das sessões pelos participantes;
1. As entidades contactadas foram cerca de 300.

2. Meios de divulgação utilizados foram a nota de imprensa, o correio eletrónico, a página de Internet da APA, bem como o Participa e SMS com indicação do local e data da sessão pública.

3. Das cerca de 120 pessoas que participaram na sessão realizada no Porto, apenas uma tomou conhecimento através de uma conversa, duas através de um colega de trabalho. Os restantes 117 afirmaram ter tido conhecimento através de e-mail.

4. A avaliação da sessão pública foi efetuada recorrendo aos inquéritos efetuados aos participantes, cujos resultados se sintetizam nos quadros e figuras seguintes. As respostas foram dadas numa escala de 1 a 5, em que 5 – concordo e 1 – discordo e foram analisadas as respostas dadas pelos participantes sobre as seguintes questões:

   a) A sessão foi esclarecedora;
   b) A sessão decorreu de forma organizada e dinâmica;
   c) A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate;
   d) Houve uma adequada divulgação da sessão;
   e) A informação disponibilizada para a sessão foi clara e apelativa;
   f) Devem existir mais iniciativas semelhantes;
   g) Estou disposto a participar noutra iniciativa com estas características.

Quadro 2 – Número global de respostas de acordo com a classificação atribuída às questões relativas ao conteúdo da sessão pública

<table>
<thead>
<tr>
<th>Questões / Classificação</th>
<th>N.º de respostas segundo a classificação às questões</th>
<th>Total</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>1</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>a) A sessão foi esclarecedora</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>b) A sessão decorreu de forma organizada e dinâmica</td>
<td>1</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>c) A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate</td>
<td>1</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>d) Houve uma adequada divulgação da sessão</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td>e) A informação disponibilizada para a sessão foi clara e apelativa</td>
<td>0</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>f) Devem existir mais iniciativas semelhantes</td>
<td>0</td>
<td>1</td>
</tr>
<tr>
<td>g) Estou disposto a participar noutra iniciativa com estas características</td>
<td>0</td>
<td>0</td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Total</strong></td>
<td>2</td>
<td>5</td>
</tr>
</tbody>
</table>

_Nota:_ O número de respostas a este inquérito não é representativo. Das cerca de 120 pessoas só 30 é que entregaram o inquérito preenchido.
RESULTADOS:
Da análise efetuada é possível concluir que, em termos globais, cerca de 33% dos inquiridos atribuíram classificação 5 às questões supramencionadas, cerca de 27% atribuíu a classificação 4, cerca de 20% classificou com 3, 13% classificou com 2 e 7% deu valor 1.

A distribuição das classificações consoante as questões diferiram bastante, sendo que as melhores classificadas foram para as questões g), f), a) e d) e as piores classificações foram para as questões b) e c).

Dos resultados obtidos (quadro 2) constata-se que o público avaliou de forma menos positiva as questões b) e c) relativas à forma como decorreu a sessão, organização, moderação e dinâmica considerando que foi dada maior enfase a questões laterais, não se tendo centrado no objetivo principal da sessão.

Figura 5 - Distribuição dos participantes de acordo com a classificação atribuída às questões
AVALIAÇÃO:
Da análise efetuada aos elementos apresentados pode concluir-se que a divulgação do processo de participação pública deverá proceder a uma maior divulgação por meios “não institucionais”, nomeadamente pela imprensa, uma vez que existe público que não tem acesso à internet.

sessão pública:
No que respeita ao conteúdo da sessão, foram feitas os seguintes comentários:
- É necessário apostar ainda mais na articulação entre as várias entidades com competências na área dos riscos, nomeadamente a Proteção Civil;
- Período de participação pública deveria ser mais alargado;
- Organizar mais sessões pelo território;

Sessão deveria ter mesas redondas dedicadas a questões mais técnicas que não foram abordadas.

2.2.2. A que escala foi organizado o processo de participação pública dos PGRI

O QUE FOI FEITO:
O processo de participação pública do PGRI-RH3 foi organizado a nível nacional e regional, pela APA, tendo estado envolvidos técnicos dos serviços centrais (DRH/DEDH) e dos serviços descentralizados (ARH do Norte).


INDICADORES:
Foram considerados os participantes diretamente interessados e os participantes a nível nacional com interesse na temática das inundações.

RESULTADOS:
No que diz respeito à escala adotada para a realização das sessões de consulta pública, foram feitas pelos participantes as seguintes sugestões:
- Organizar pelo menos uma sessão por município, no qual o PGRI-RH3 incide.

AVALIAÇÃO:
A opção por esta escala resultou num equilíbrio entre:
- A vontade de envolver o maior número possível de entidades regionais e locais e o público em geral (que, como vimos, responde melhor a ações locais);
- Os custos associados à promoção de sessões locais – que permitiriam a análise de informação a menores escalas e com maior detalhe.
2.3. Nível e qualidade da participação

2.3.1. O público que foi envolvido no processo de participação pública dos PGRI

**O QUE FOI FEITO:**

Foi intenção que participassem no processo de consulta pública todas as pessoas singulares ou coletivas, direta ou indiretamente afetadas pela implementação dos PGRI, em particular, a Administração Pública central e local, empresas, instituições de natureza científica, associações não-governamentais, associações locais diversas, quadros técnicos e administrativos e cidadãos individuais.

A metodologia utilizada na sessão pública de apresentação e discussão do PGRI-RH3 pretendeu criar uma atmosfera de trabalho em que todos os participantes pudessem expressar as suas opiniões em igualdade de circunstâncias.


Mais especificamente, foram “convidados” a ter um papel ativo neste processo:

- Organismos da administração pública central, regional e local.
- As organizações não-governamentais de ambiente (ONGA).
- As associações e organizações setoriais (urbano, agricultura, indústria, energia e turismo).
- Todos os cidadãos com interesse no acompanhamento das matérias relativas à água.
- Universidades, Institutos Politécnicos.

A lista de participantes nas sessões encontra-se no Anexo II.

**INDICADORES:**

Estiveram presentes na sessão, entre outros, representantes de 37 entidades:

- Municípios e serviços da água, nomeadamente entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água e saneamento de águas residuais;
- Entidades da Proteção Civil;
- Entidades da Agricultura da Administração Pública;
- Entidades do Setor industrial;
- Organizações não-governamentais de Ambiente;
- Universidades;
- Companhias de Seguro;
- Cidadãos que participaram a título individual.
### RESULTADOS:

Na sessão pública, que decorreu na Casa do Infante, no Porto, estiveram presentes 120 pessoas, a maioria das quais em representação institucional do seu município;

Os acessos ao SNIRH no período de participação pública foram cerca de 100.

Os acessos ao Participa, no período de participação pública e que emitiram parecer foram 3, CMPEA- Empresa de Águas do Município do Porto, EM., Câmara Municipal do Porto e Maria Leonor Pereira.

Foram analisadas os contributos provenientes das sessões públicas e por e-mail do SNIRH e do PARTICIPA.

As sugestões/contributos apresentados na sessão pública encontram-se no ANEXO III.

### AVALIAÇÃO:

A sessão pública foi muito participada. O debate foi aceso e produtivo, tendo alguns membros de entidades que participaram – sobretudo ligados à área da Proteção Civil, deixado contributos e alertas para a melhoria do funcionamento dos sistemas de alerta e prevenção de cheias na Região Norte. Genericamente, as intervenções dos participantes enquadraram-se no âmbito da sessão, sendo, por isso, relevantes para os PGRI.

A maioria das entidades que participaram na sessão representavam a Administração Local, bem como a Proteção Civil regional e local, as ONGA e organizações setoriais.

Em termos de consulta de informação destaca-se o acesso ao SNIRH para visualização da cartografia e o Participa para consulta do PGRI. Para envio dos contributos a maioria das entidades privilegiaram o envio em suporte de papel.
3. RESULTADOS DA PARTICIPAÇÃO PÚBLICA

3.1. Análise dos contributos recebidos

<table>
<thead>
<tr>
<th>O QUE FOI FEITO:</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Durante o período da participação pública procedeu-se à análise dos pareceres recebidos, 3 de organismos da administração pública, sendo 1 a nível central (ICNF) e 2 a nível local (CM Porto e CM Chaves); 1 da CMPEA- Porto, 1 da ONGA (ZERO), 1 da Confederação de Agricultores de Portugal e 1 da EDP.</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>INDICADORES:</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Os contributos recebidos, num total de 26, abarcam as diferentes partes em que se encontra estruturado o PGRI. O tema mais focado diz respeito ao “cartografia e elementos expostos”, seguido-se com os mesmos contributos “enquadramento e metodologia”, “medidas e objetivos” e “Integração do PGRI nos Instrumentos de Gestão Territorial e de Emergência de Proteção Civil”. A parte que recebeu menos contributos diz respeito à parte 5 à “Metodologia a Adotar na Revisão de Avaliação dos Riscos de Inundações”.</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

A parte “cartografia e elementos expostos” destaca-se pelo número de elementos expostos que foram validados.

<table>
<thead>
<tr>
<th>RESULTADOS:</th>
<th>AVALIAÇÃO:</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Os contributos recebidos insere-se na temática do PGRI, com especial destaque para “cartografia e elementos expostos”. Por sua vez os contributos recebidos permitiram efetuar uma validação da informação.</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Os contributos recebidos foram avaliados na ótica dos critérios estabelecidos no desenvolvimento do PGRI, tendo sido integrados os que constituíam uma mais-valia para os diferentes temas desenvolvidos.

3.2. Resultado dos contributos a sua integração nos PGRI

<table>
<thead>
<tr>
<th>O QUE FOI FEITO:</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Atendendo ao tipo contributos e à sua relevância foi avaliada a informação de acordo com os critérios estabelecidos e ponderada a sua inserção no PGRI. Os elementos que cumpriam os critérios estabelecidos foram integrados e objeto de medidas na perspetiva de minimizar o risco de inundações.</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>INDICADORES:</th>
<th></th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Foram integrados os contributos relativos aos elementos expostos. Além deste tipo de informação procedeu-se à reanálise das diferentes partes do PGRI de forma a torná-lo mais explícito, e permitir responder às observações efetuadas, nomeadamente em termos da metodologia seguida na delimitação das zonas críticas. Em síntese as partes do PGRI com mais contributos integrados foram os elementos expostos.</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>RESULTADOS</th>
<th>AVALIAÇÃO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Os contributos recebidos permitiram melhorar os PGRI, através da validação dos elementos expostos identificados, atendendo à sua localização a uma escala de pormenor.</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Este tipo de ação permitiu a validação dos elementos e o envolvimento de entidades com competência em matéria de ordenamento do território e proteção civil.
4. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES

4.1. Análise SWOT do processo de participação pública

Para auxiliar a avaliação global do processo de participação pública dos PGRI realizou-se uma análise SWOT para verificação dos pontos fortes e fracos, as ameaças e oportunidades (Quadro 3)

Quadro 3 – Análise SWOT do processo de participação pública.

<table>
<thead>
<tr>
<th>Pontos fracos</th>
<th>Ameaças</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Falta de mobilização da população para a participação pública</td>
<td>Dificuldade, devido à falta de recursos humanos e logísticos, em realizar sessões de participação pública direcionadas para grupos específicos de “Stakeholders”/setores de atividade</td>
</tr>
<tr>
<td>Maioria dos participantes representa o setor público (Administração Central, Regional e Local);</td>
<td>Abordagem de questões macro afasta participantes que pretendem expor/resolver questões particulares ou muito específicas</td>
</tr>
</tbody>
</table>

<table>
<thead>
<tr>
<th>Pontos fortes</th>
<th>Oportunidades</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Divulgação de informação que assegura a transmissão e disseminação do conhecimento</td>
<td>Aumentar o conhecimento partilhado dos problemas ambientais e do papel dos vários agentes na gestão dos riscos de inundações</td>
</tr>
<tr>
<td>Auscultação dos interessados</td>
<td>Promover processos de tomada de decisão mais sustentados, criativos, participados e transparentes</td>
</tr>
<tr>
<td>Envolvimento ativo de entidades e cidadãos nos processos de planeamento, tomada de decisão e implementação de ações</td>
<td>Diminuir os conflitos por desconhecimento ou falta de informação e procurar consensos, reduzindo atrasos e custos</td>
</tr>
<tr>
<td>Partilha de responsabilidades</td>
<td>Promover a liberdade de expressão, a democracia participativa e a responsabilização das entidades e cidadãos</td>
</tr>
</tbody>
</table>

Numa análise global observa-se que a sessão pública foi bastante participada, tendo-se verificado um grande interesse nas matérias discutidas. A divulgação da informação está cada vez mais facilitada, tendo em conta os meios eletrónicos existentes, o que permite uma maior interação entre o público interessado e a Administração.

No entanto, existem ainda aspectos a melhorar e que passam por três grandes pontos:

1. Necessidade de recursos humanos especializados nestas áreas dentro da administração pública e a trabalhar em exclusividade nestas matérias;
2. Necessidade de recursos financeiros alocados à temática da participação pública onde os montantes não são menosprezáveis;
3. Necessidade de meios de divulgação e de comunicação mais eficazes junto ao público em geral de forma a informar e mobilizar a população.
4.2. Recomendações futuras

Atendendo aos resultados observados verifica-se que é necessário desenvolver abordagens que permitam chegar ao cidadão comum de molde a motivar a sua participação de forma mais ativa.

Apesar da divulgação da informação estar cada vez mais facilitada, tendo em conta os meios eletrónicos existentes, deverão, ainda, ser melhorados os meios de divulgação de molde a haver uma maior interação entre o público interessado e a Administração.

Atendendo que se trata de planos que impõe restrições e condicionantes ao uso do território o envolvimento dos interessados deverá ser potenciado desde o início do ciclo de planeamento, ou seja na avaliação preliminar de riscos/seleção das zonas críticas e não apenas na fase final elaboração dos PGRI.

Dotar de meios os serviços desconcentrados, de forma que a nível regional e local possam ocorrer ações de esclarecimento de dúvidas e de divulgação da informação.
ANEXO I - Ficha de inscrição, Ficha de avaliação

FICHA DE AVALIAÇÃO

SESSÕES DE PARTICIPAÇÃO PÚBLICA
PLANOS DE GESTÃO DOS RISCOS DE INUNDAÇÕES
RH Minho e Lima (RH1), Câvado, Ave e Leça (RH2) e Douro (RH3)

Porto, 20 de janeiro de 2016

FICHA DE AVALIAÇÃO DA SESSÃO (informação recolhida para fins estatísticos)

<table>
<thead>
<tr>
<th>(discordar)</th>
<th>(concordar)</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>1</td>
<td>2</td>
</tr>
<tr>
<td>3</td>
<td>4</td>
</tr>
<tr>
<td>5</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

A sessão foi estereótipa
A sessão decorreu de forma organizada e dinâmica
A moderação da sessão contribuiu para dinamizar o debate
Houve uma adequada divulgação da sessão
A informação disponibilizada para a sessão foi clara
Devem existir mais iniciativas semelhantes
Estou disposto a participar noutra iniciativa com estas características

Questões/sugestões

________________________
________________________
________________________

OBRIGADO PELA SUA COLABORAÇÃO!
ANEXO II - Presenças na Sessão Pública

SESSÃO PÚBLICA DE ESCLARECIMENTO DO PGRI-RH3 - Porto, 20 de janeiro de 2016

<table>
<thead>
<tr>
<th>Entidade</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Águas de Gaia, EM, SA</td>
</tr>
<tr>
<td>Águas de Gondomar, S.A.</td>
</tr>
<tr>
<td>Águas do Porto, EM</td>
</tr>
<tr>
<td>ANPC - Autoridade Nacional de Proteção Civil</td>
</tr>
<tr>
<td>APA/ARH do Norte</td>
</tr>
<tr>
<td>APDL</td>
</tr>
<tr>
<td>Bombeiros Sapadores e Proteção Civil de Vila Nova de Gaia</td>
</tr>
<tr>
<td>Câmara Municipal da Maia</td>
</tr>
<tr>
<td>Câmara Municipal da Trofa</td>
</tr>
<tr>
<td>Câmara Municipal de Baião</td>
</tr>
<tr>
<td>Câmara Municipal de Barcelos</td>
</tr>
<tr>
<td>Câmara Municipal de Braga</td>
</tr>
<tr>
<td>Câmara Municipal de Caminha</td>
</tr>
<tr>
<td>Câmara Municipal de Gondomar</td>
</tr>
<tr>
<td>Câmara Municipal de Marco de Canaveses</td>
</tr>
<tr>
<td>Câmara Municipal de Matosinhos</td>
</tr>
<tr>
<td>Câmara Municipal de Resende</td>
</tr>
<tr>
<td>Câmara Municipal de Santo Tirso</td>
</tr>
<tr>
<td>Camara Municipal de Valongo</td>
</tr>
<tr>
<td>Câmara Municipal de Viana do Castelo</td>
</tr>
<tr>
<td>Câmara Municipal de Vila do Conde</td>
</tr>
<tr>
<td>Câmara Municipal de Vila Nova de Famalicão</td>
</tr>
<tr>
<td>Câmara Municipal de Vila Nova de Gaia</td>
</tr>
<tr>
<td>Câmara Municipal de Vila Pouca de Aguiar</td>
</tr>
<tr>
<td>Câmara Municipal do Porto</td>
</tr>
<tr>
<td>Capitania do Porto do Douro</td>
</tr>
<tr>
<td>Católica Porto - Grupo de Estudos Ambientais</td>
</tr>
<tr>
<td>CCDR-N</td>
</tr>
<tr>
<td>Companhia de Seguros Tranquilidade, SA</td>
</tr>
<tr>
<td>DGADR</td>
</tr>
<tr>
<td>Direção Regional de Agricultura e Pescas do Norte</td>
</tr>
<tr>
<td>EDP</td>
</tr>
<tr>
<td>Esposende Ambiente E.M.</td>
</tr>
<tr>
<td>GNR/Comando Territorial do Porto</td>
</tr>
<tr>
<td>Lipor</td>
</tr>
<tr>
<td>Territorio XXI - Gestão Integrada do Território e Ambiente</td>
</tr>
<tr>
<td>Vimágua, EIM,S.A.</td>
</tr>
</tbody>
</table>
ANEXO III - Notas da Sessão Pública

Sessão de Participação Pública dos Planos de Gestão dos Riscos de Inundações (PGRI)

Os contributos recebidos:

1- Compatibilização dos vários Instrumentos de Gestão Territorial (IGT) com os Planos de Gestão dos Riscos de Inundações:
   a. Como resolver as discrepâncias das áreas inundáveis obtidas no âmbito da realização dos PDM.
   c. Escala da cartografia utilizada na elaboração da cartografia de zonas inundáveis e de risco de inundações 1:10000, menor do que a escala utilizada pelos municípios 1:5000.
   d. Qual a escala temporal para a compatibilização dos vários IGT com os PGRI.

**Resposta APA:** As discrepâncias devem ser analisadas individualmente. A compatibilização só tem que ser efetuada aquando da revisão dos outros IGT ou elaboração. As várias entidades responsáveis pela compatibilização devem olhar para os PGRI como uma oportunidade de melhorar. Foi feito um apelo para o envio de informação que permita melhorar/completar os planos de gestão de risco. Elementos expostos com informação cartográfica. Dados sobre impactos das cheias na saúde pública, nas atividades económicas, no património e ambiente.

2 – Alterações Climáticas e Inundações Costeiras:
   a. Questionaram o motivo da não inclusão destes aspectos na cartografia de zonas inundáveis de risco de inundação.

**Resposta APA:** Apenas no 2º ciclo de implementação da Diretiva serão contemplados cenários de alterações climáticas e estudadas inundações costeiras.

3 – Infraestruturas hidráulicas:
   a. Chamada de atenção para a aplicação de regras de exploração de albufeira para gestão de cheias ser apenas aplicável para cheias com um período de retorno de 20 anos.
   b. Preferência a utilização das infraestruturas verdes.

**Resposta APA:** Estão previstas medidas designadas como medidas verdes, que compreendem a implementação de galerias ripícolas ao longo dos cursos de água.

4- Cartografia, Modelo Digital do Terreno:
   a. Apontadas algumas limitações do modelo digital do terreno (mdt)
   b. Adicionar informação sobre sistemas de drenagem.
Resposta da APA: Esclareceu-se que havia alguns elementos do terreno que não foram considerados na cartografia, como por ex. geometria das obras de arte, constrangimentos, pontes, entre outros, devido os dados destas infraestruturas não se encontrarem disponíveis.

5 – Ações de preparação da população e conservação das linhas de água

a. Sensibilização da população para o risco a que estão expostos.
b. Aumentar ações de fiscalização de modo a não permitir construções em leito de cheia.
c. Incentivar as boas práticas junto da linha de água.
d. Chamada de atenção para as ribeiras entubadas que representam um risco escondido.

Resposta APA: São propostas medidas genéricas nos planos que visam sensibilizar a população para o risco a que estão expostos, nomeadamente novas zonas adjacentes, recuperação de linhas de água, entre outras.

6- Zonas não consideradas no PGRI critério de seleção das zonas críticas:

a. Amarante

Resposta APA: No novo ciclo de implementação da diretiva eventualmente poderão ser consideradas novas áreas. Será efetuada a Avaliação Preliminar de Risco de Inundações que identificará as áreas a selecionar.
ANEXO IV - Contributos recebidos e respetiva análise

### Avaliação dos contributos provenientes da participação pública

<table>
<thead>
<tr>
<th>ENTIDADE</th>
<th>CONTRIBUTOS</th>
<th>ANÁLISE</th>
<th>INTEGRAÇÃO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>ADMINISTRAÇÃO CENTRAL</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Questões relacionadas com o PGRI</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>Questões metodológicas</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Não foi feita a avaliação preliminar dos riscos de Inundações, e de igual modo não se procedeu à identificação das zonas onde existem riscos potenciais significativos de Inundações ou nas quais a concretização de tais riscos se pode considerer provável, através de Cartas de zonas inundáveis para áreas de risco e Cartas de riscos de inundações.</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>1 – A Diretiva 2007/60/CE, no art.º 13º, alínea b), do nº 1 prevê a aplicação de Medidas Transitórias, que permitem não efetuar a Avaliação Preliminar de Riscos e elaborar a cartografia de zonas inundáveis e de risco de inundação.</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>2 – Portugal possui um longo registo histórico sobre cheias, o que permitiu a identificação das Zonas Críticas, de acordo com as disposições relevantes da Diretiva. Por este motivo foi possível passar diretamente para elaboração da cartografia.</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>O PGRI dedica um capítulo à descrição da metodologia utilizada na identificação das Zonas Críticas. Pelo que, não se considera necessário integrar outros considerandos.</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td><strong>ICNF</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A alteração de âmbito operada ao nível da definição das Unidades de Gestão consideradas nas propostas de PGRI, tendo em consideração os critérios utilizados, na medida em que não consideram todas as zonas com riscos potenciais de Inundação, antes optando por considerar apenas aquelas relativamente às quais já existem registos de ocorrências com consequências restritas ao nível da população humana, reduz significativamente o âmbito da aplicação e o objetivo dos PGRI, facto relevante e que estrutura as propostas dos presentes PGRI.</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Em função da metodologia utilizada, as áreas com risco de Inundação resultantes apresentam áreas extremamente reduzidas - ZC de Monchique (entre 0,05 Km² e 0,04 Km²). Áreas máximas consideradas - ZC de Abrantes/Santarém/Vila -Franca-de-Xira (entre 502,5Km² e 460,7Km². Predominam áreas de ordem inferior à dezena de Km² (o mais usual entre 2 a 5 Km²), reduzindo a expressão territorial das áreas com risco de inundação e os consequentes benefícios de escala.</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A delimitação das zonas inundáveis teve por base, numa primeira fase a recolha de elementos sobre cheias. Esta informação foi recolhida pelas Administrações de Região Hidrográfica, Autoridade Nacional de Proteção Civil, Autarquias, EDP, Laboratório Nacional de Engenharia Civil e da Autoridade Nacional da Água. Foi ainda utilizada informação de 2000 ocorrências de cheias. Como critério de seleção das zonas críticas foi dada maio relevância ao impacto na saúde humana. Assim, a informação de base utilizada para a seleção das zonas críticas, constitui a informação relevante e concordante com o estabelecido na Diretiva das inundações. A extensão da área não representa um critério, mas sim um resultado de eventos de cheia com determinada magnitude.</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>A metodologia utilizada está devidamente explanada nos planos, pelo que não se considera relevante a inclusão deste contributo.</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ENTIDADE</td>
<td>CONTRIBUTOS</td>
<td>ANÁLISE</td>
<td>INTEGRAÇÃO</td>
</tr>
<tr>
<td>----------</td>
<td>-------------</td>
<td>---------</td>
<td>------------</td>
</tr>
<tr>
<td>Entidade</td>
<td>Em função dos critérios seguidos, as áreas atingidas pela mesma inundação não estão sujeitas ao mesmo risco, visto este depender dos elementos expostos e da perigosidade hidrodinâmica da inundação. Assim, da aplicação de tais critérios, sobre as diminutas áreas críticas, resulta que as áreas com riscos Insignificante e Baixo representam, para a larga maioria das zonas críticas consideradas, percentagens entre 60 a 90 %. Apenas para as zonas críticas de Tomar, Abrantes/Santarém/Vila-Franca-de-Xira, Coimbra, Porto/Vila Nova de Gaia, Régua, Esposende, Ponte da Barca e Ponte de Lima, resultaram áreas com riscos Alto, Muito Alto e Médio significativas (entre 50 a 60%). Por outro lado, tendo presente que o impacto das alterações climáticas na ocorrência de inundações apenas tem carácter obrigatório nas fases subsequentes de aplicação da avaliação preliminar dos riscos de inundações, foi opção não considerar este aspeto ao nível das propostas de PGRI em apreciação.</td>
<td>O risco utilizado na elaboração da cartografia de risco está conforme o estabelecido no n.º 2 do art.º 2º, da Diretiva 2007/60/CE. Sendo que a cartografia de risco obtida reflete a ocupação do território, conjugada com a perigosidade hidrodinâmica. Ainda que se considerassem áreas com grande extensão, estas poderiam não representar um aumento das áreas associadas aos níveis de risco mais elevados. Sublinhe-se que a diretiva tem como objetivo: “Avaliar e gerir os riscos de inundações para reduzir as consequências associadas às inundações prejudiciais para saúde humana (perdas humanas), o ambiente, o património cultural, (as infraestruturas) e as atividades económicas”. Conforme previsto na Diretiva das inundações, no 1.º Ciclo da sua implementação era possível não considerar cenários de alterações climáticas, passando a obrigatórios a partir do 2.º ciclo. Em 2018, os Estados Membros iniciaram o 2º ciclo, onde serão incluídos os cenários de alterações climáticas, que terão impacto nas medidas propostas.</td>
<td>A metodologia seguida para a determinação do risco encontra-se explanada no PGRI.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Questões relacionadas com a seleção das zonas críticas**

| Acresce que as propostas de PGRI não incluem inundações cuja origem seja pluvial (associadas ao sistema de drenagem de águas pluviais e domésticas - as geralmente designadas por cheias urbanas), costeira, nem de origem subterrânea. | A Comissão Nacional de Gestão de Risco de Inundações (CNGRI) decidiu, em concordância com o estabelecido no art.º 2, no n.º 1, não considerar as inundações associadas aos sistemas de drenagem urbana. As cheias de origem costeira e subterrâneas serão consideradas no 2º ciclo. | No 2.º ciclo de planeamento serão incluídas as cheias de origem costeiras e subterrâneas. |

**Questões relacionadas com a Cartografia**

| Nomeadamente, enquanto para as Cartas de riscos de inundações se encontra previsto que devem indicar as potenciais consequências prejudiciais associadas às inundações em vários cenários em termos de zonas protegidas potencialmente afetadas, incluindo zonas designadas para a proteção de habitats e da fauna e da flora, incluindo os sítios relevantes da Rede Natura 2000, os PGRI não procedem a tal identificação | No âmbito da elaboração da cartografia de risco foi determinado o risco associado às zonas de proteção de águas para consumo humano, da Diretiva Aves, incluindo as áreas protegidas – sítios relevantes da Rede Natura 2000, dos sítios RAMSAR e da RNAP que são atingidas pelas zonas críticas, como se encontra descrito no capítulo 1.5 e Anexo 3 dos PGRI. No entanto, a indicação do risco associado elementos expostos, de acordo com metodologia adotada, só é feita se o risco for igual ou superior a médio, com exceção das PCIP. | Vai ser adicionado no texto dos PGRI um nota sobre o risco associado a estes elementos. |

| Em consequência, apesar de os PGRI identificarem, enquanto Elementos Expostos considerados, a interceção Parte das Zonas protegidas caracterizam-se por serem zonas que pelas suas especificidades se revestem | | A metodologia utilizada na avaliação do risco está... |
### ENTIDADE

das zonas críticas consideradas com zonas protegidas associadas às aves e habitats (RN2000), Rede Nacional de Áreas Protegidas e sitios RAMSAR, do ponto de vista da valorização das consequências em função da afetação de zonas húmidas, áreas florestais e zonas protegidas ou massas de água designadas ao abrigo das Diretivas Aves e Habitats, é considerada na avaliação do risco a Consequência Mínima.

de grande importância na regulação hídrica, funcionando até como áreas de retenção de água em caso de cheias.

devidamente explanada nos planos.

### Questões relacionadas com as medidas

Desconhece-se se no âmbito da elaboração dos PGRI, enquanto programas sectoriais, foram elaborados relatórios, que procedem ao diagnóstico da situação territorial sobre a qual intervêm e à fundamentação técnica das opções e dos objetivos estabelecidos.

No âmbito da elaboração dos PGRI, e para a avaliação das consequências foi considerada informação de diversas entidades no que diz respeito à ocupação do território (COS2007, DGADR, ICNF).

Não contemplado, tendo em conta que a ocupação do território foi considerada no desenvolvimento das cartas de risco de inundações.

(... Pelo que nas propostas de PGRI as componentes relacionadas com a conservação da natureza e florestas apresentam reduzida expressão.

Atendendo aos objetivos da diretiva, foram potenciadas as medidas que minimizam os efeitos prejudiciais para saúde humana (perdas humanas), existindo também medidas que contribuem para a conservação da natureza.

O PGRI contempla diversas medidas que irão potenciar e valorizar os valores naturais.

(... As sete propostas de PGRI, apesar de preverem o acompanhamento das medidas através dos seus serviços descentralizados, não preveem quaisquer Indicadores qualitativos e quantitativos que permitam o desenvolvimento de tal acompanhamento e avaliação.

O sistema de acompanhamento e avaliação da implementação das medidas não estava descrito na versão dos PGRI patentas na consulta pública.

A versão final dos PGRI descreve em detalhe o Sistema de Acompanhamento e Avaliação da implementação das medidas.

### Questões relacionadas com a avaliação económica das medidas

### Questões relacionadas com a integração dos PGRI com os outros instrumentos territoriais

### Questões relacionadas com os elementos expostos

### Questões não relacionadas com o PGRI
## Questões relacionadas com o PGRI

### Questões metodológicas

Será importante perceber se as metodologias empregues para a simulação dos cenários de cheias tomaram em atenção a considerável antropização do Rio Douro pelas barragens, isto é, se a possibilidade de regularização do caudal do Rio Douro pela intervenção das várias barragens em território português e espanhol foi tidas em conta no processo de determinação das áreas suscetíveis à ocorrência de cheias, enquanto fator de possível atenuação dos seus impactes.

A metodologia para a determinação das zonas inundáveis teve em consideração três cenários hidrológicos com os seguintes períodos de retorno de 20, 100 e 1000 anos para os quais foi realizada a modelação hidrológica e hidráulica. Na modelação hidráulica foram consideradas as características específicas de cada bacia hidrográfica, nomeamente se apresenta regularização significativa. No PGRI são propostas medidas de proteção que visam propor e avaliar regras de exploração de albufeira que permitam o amortecimento de cheia para um período de retorno de 20 anos. No entanto, salienta-se que a maioria dos aproveitamentos desta bacia hidrográfica são de fio-de-água, pelo que não contribuem para a redução de caudal a jusante. Nâo integrar, já está previsto no PGRI.

### Questões relacionadas com a seleção das Zonas críticas

Verifica-se que cartografia de risco de inundação foi elaborada a uma escala reduzida que acaba por se traduzir numa representação de baixa resolução que nos parece pouco compatível com o pormenor de algumas medidas propostas, nomeadamente a relocalização da bomba de gasolina da Galp na Circunvalação. Conforme expresso no PGRI, "...Há em muitas situações a necessidade de efetuar uma análise local (maior escala). Neste contexto, a referência no PGRI a Instrumentos de Gestão Territorial com escala local não é o adequado, sendo mais apropriado existir posteriormente uma análise local, ao nível da elaboração dos PMOT e PDM, que concilie estes dois instrumentos de planeamento.”

Assim, somos de opinião que medidas como estas associadas aos edifícios sensíveis (risco alto e muito alto) deveriam ser equacionadas em fase posterior do PGRI a uma escala local.

A Diretiva 2007/60/CE, no que respeita à elaboração dos planos, estabelece que estes devem conter medidas sobre os elementos obtidos na cartografia, com vista atingir o objetivo principal da diretiva – “avaliação e gestão dos riscos de inundações, com o objetivo de reduzir as consequências prejudiciais associadas a este fenómeno para a saúde humana (incluindo perdas humanas), o ambiente, o património cultural, as infraestruturas e as atividades económicas.”

Aspeto previsto no PGRI

### Questões relacionadas com a Cartografia

Câmara Municipal do Porto

<table>
<thead>
<tr>
<th>ENTIDADE</th>
<th>CONTRUTOS</th>
<th>ANÁLISE</th>
<th>INTEGRAÇÃO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Questões relacionadas com o PGRI</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Questões metodológicas</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Será importante perceber se as metodologias empregues para a simulação dos cenários de cheias tomaram em atenção a considerável antropização do Rio Douro pelas barragens, isto é, se a possibilidade de regularização do caudal do Rio Douro pela intervenção das várias barragens em território português e espanhol foi tidas em conta no processo de determinação das áreas suscetíveis à ocorrência de cheias, enquanto fator de possível atenuação dos seus impactes.</td>
<td>A metodologia para a determinação das zonas inundáveis teve em consideração três cenários hidrológicos com os seguintes períodos de retorno de 20, 100 e 1000 anos para os quais foi realizada a modelação hidrológica e hidráulica. Na modelação hidráulica foram consideradas as características específicas de cada bacia hidrográfica, nomeadamente se apresenta regularização significativa. No PGRI são propostas medidas de proteção que visam propor e avaliar regras de exploração de albufeira que permitam o amortecimento de cheia para um período de retorno de 20 anos. No entanto, salienta-se que a maioria dos aproveitamentos desta bacia hidrográfica são de fio-de-água, pelo que não contribuem para a redução de caudal a jusante.</td>
<td>Não integrar, já está previsto no PGRI.</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Questões relacionadas com a seleção das Zonas críticas</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Verifica-se que cartografia de risco de inundação foi elaborada a uma escala reduzida que acaba por se traduzir numa representação de baixa resolução que nos parece pouco compatível com o pormenor de algumas medidas propostas, nomeadamente a relocalização da bomba de gasolina da Galp na Circunvalação. Conforme expresso no PGRI, &quot;...Há em muitas situações a necessidade de efetuar uma análise local (maior escala). Neste contexto, a referência no PGRI a Instrumentos de Gestão Territorial com escala local não é o adequado, sendo mais apropriado existir posteriormente uma análise local, ao nível da elaboração dos PMOT e PDM, que concilie estes dois instrumentos de planeamento.”</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Questões relacionadas com a Cartografia</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Relatório de avaliação de participação pública  Anexo IV - (28/39)
### PLANO DE GESTÃO DOS RISCOS DE INUNDAÇÕES – RH3

#### ENTIDADE | CONTRIBUTOS | ANÁLISE | INTEGRAÇÃO
--- | --- | --- | ---
**devidamente articuladas com o PMEPC do Porto.**

#### Questões relacionadas com as medidas

#### Questões relacionadas com a avaliação económica das medidas

#### Questões relacionadas com a integração dos PGRI com os outros instrumentos territoriais

As peças cartográficas produzidas no âmbito do PGRI revestem-se de uma importância fundamental para a correta compreensão das dinâmicas territoriais, particularmente no que respeita à cartografia de risco de cheia, através da qual é possível determinar quais as áreas mais suscetíveis e sobre as quais devem ser tidos especiais cuidados no sentido de mitigação do perigo para as populações e elementos expostos. É, portanto, de máxima relevância verter estas informações noutras instrumentos de gestão territorial regionais e municipais, com vista a um verdadeiro e apropriado ordenamento do território. Importará saber, quais as metodologias a adotar para se garantir a transposição da informação geográfica do PGRI para os respetivos PMOT.

| Deverá ser feita uma avaliação, à escala local, considerando a melhor informação disponível, à data, aquando da revisão do PDM | Aspeto referido na Parte 4 – Integração do PGRI nos Instrumentos de Gestão Territorial e de Emergência de Proteção Civil. |

---

#### ENTIDADE | CONTRIBUTOS | ANÁLISE | INTEGRAÇÃO
--- | --- | --- | ---
**ADMINISTRAÇÃO LOCAL**

| CMPEA_ Porto | Questões relacionadas com o PGRI | Questões metodológicas | Aspeto referido na Parte 4 – Integração do PGRI nos Instrumentos de Gestão Territorial e de Emergência de Proteção Civil. |
--- | --- | --- | ---
Tece vários considerandos sobre a rede hidrográfica do Porto, referindo que “todos os rios e ribeiras que atravessam o Município do Porto” deverão ser integrados no PGRI. Sugere ainda que sejam “promovidos estudos hidráulicos e hidrológicos (com recurso a modelação matemática) por forma a definir as zonas inundáveis para os períodos de 20, 100 e 1000 anos, de todas as linhas de água afluentes à frente maritima do Município do Porto e a integração destas no mapa da cartografia GeoPorta”.

| No âmbito da delimitação da zona crítica Porto e Vila Nova de Gaia (rio Douro) foi delimitada a zona inundada para os três cenários com origem no rio Douro. Não foram considerados os cursos de água que atravessam a cidade do Porto. Cientes que esses estudos são muito importantes para serem integrados nos instrumentos de gestão territorial mas não se enquadrarem nos objetivos deste PGRI. | Nesta fase não é possível considerar outras zonas. No 2.º ciclo de planeamento poderão vir a ser consideradas. |

#### Questões relacionadas com a seleção das Zonas críticas

| | |

#### Questões relacionadas com a Cartografia

| | |
## PLANO DE GESTÃO DOS RISCOS DE INUNDAÇÕES – RH3

<table>
<thead>
<tr>
<th>ENTIDADE</th>
<th>CONTRIBUTOS</th>
<th>ANÁLISE</th>
<th>INTEGRAÇÃO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td><strong>Questões relacionadas com as medidas</strong></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Refere que está em desenvolvimento um estudo que visa o desentubamento e reabilitação de um troço da ribeira de Aldoar, uma das maiores linhas de água que atravessam o Município do Porto e a maior linha de água da frente marítima. Pretende-se com esta medida minimizar as situações de risco, nomeadamente no que diz respeito a áreas inundáveis, criando condições para uma melhor drenagem de caudais elevados. Face ao exposto, entende-se que esta medida deveria ser contemplada no PGRI, dada a sua importância na prevenção da ocorrência de inundações, minimizando desta forma os danos em pessoas e bens.</td>
<td>Trata-se de uma medida que não interfere com a Zona Crítica do Porto Vila Nova de Gaia (rio Douro), pelo que a mesma não tem enquadramento no PGRI.</td>
<td>Não contemplada.</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Refere que está em desenvolvimento um estudo que visa o desentubamento e reabilitação de um troço da ribeira de Aldoar, uma das maiores linhas de água que atravessam o Município do Porto e a maior linha de água da frente marítima. Pretende-se com esta medida minimizar as situações de risco, nomeadamente no que diz respeito a áreas inundáveis, criando condições para uma melhor drenagem de caudais elevados. Face ao exposto, entende-se que esta medida deveria ser contemplada no PGRI, dada a sua importância na prevenção da ocorrência de inundações, minimizando desta forma os danos em pessoas e bens.</td>
<td>É uma das medidas de prevenção propostas, pelo seu contributo em termos de ocupação do território e que visa devolver ao rio o seu espaço. Neste âmbito é proposto a criação de Zonas Adjacentes para a área correspondente ao cenário hidrológico de T=100 anos, com edificação proibida para o T=20 anos e condicionada até extensão da inundação de T=100 anos.</td>
<td>Esta medida encontra-se integrada em todos os PGRI.</td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Questões relacionadas com a avaliação económica das medidas

### Questões relacionadas com a integração dos PGRI com os outros instrumentos territoriais

Apesar de serem Instrumentos de Gestão Territorial (IGT), os Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) e os subsequentes Programas de Ordenamento Costeiro (POC) não são considerados no PGRI. No entanto, importa referir que o POC Caminha-Espinho prevê soluções de defesa costeira para o Município do Porto, aprovadas pelas várias entidades competentes, que em nosso entender deveriam ser consideradas no PGRI, dado a sua relevância para a minimização da ocorrência de galgamentos costeiros.

Os Planos de Ordenamento da Orla Costeira (POOC) e os subsequentes Programas de Ordenamento Costeiro (POC) não são considerados no PGRI, dado nas Zonas Críticas as inundações decorrerem do fenómeno fluvial e os POOC estarem em revisão.

Os POC, que estão agora a serem elaborados não apresentam a análise de risco de uma forma compatível com o definido neste PGRI. Nos POC o risco é apenas considerado como a ameaça das inundações costeiras que potencialmente provocam erosão do litoral, colocando em risco pessoas e bens.

### Questões relacionadas com os elementos expostos

A ETAR do Freixo, infraestrutura sensível afetada pela cheia centenária do rio Douro, de acordo com o mapa das zonas inundáveis da cartografia GeoPortal, deveria estar identificada no Anexo 9 (Redes viárias e estações de...)

Os elementos expostos foram objeto de revisão e todos os que se enquadravam nos critérios estabelecidos foram integrados no Anexo 9 e no anexo 10. **Foi contemplado.**
<table>
<thead>
<tr>
<th>ENTIDADE</th>
<th>CONTRIBUTOS</th>
<th>ANÁLISE</th>
<th>INTEGRAÇÃO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>tratamento de águas residuais) e Anexo 10 (Representação de massas de água, áreas inundáveis e elementos expostos). Todas as infraestruturas da Águas do Porto, EM (como, por exemplo, condutas adutoras e distribuidoras, coletores e intercetores, ejetores e tanques e estações elevatórias) que se encontram dentro da zona inundável referente ao período de retorno da cheia centenária deveriam, em nosso entender, ser contempladas/referenciadas como elementos expostos com consequências de nível médio a alto no Quadro 4 da Parte 2 do PGRI dada a importância que têm para a cidade.</td>
<td>Estes elementos já foram considerados no âmbito da cartografia de risco, pelo que os mesmos já constituem elementos expostos.</td>
<td>Aspeto contemplado no PGRI.</td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Questões não relacionadas com o PGRI

|          | Está em desenvolvimento um projeto de construção de um intercetor para desvio do efluente tratado nas ETAR do Meiral (Município de Gondomar) e do Freixo (Município do Porto) do rio Tinto para o rio Douro. Entende-se que este projeto deveria ser referenciado no PGRI dada a sua importância na melhoria das condições ambientais do rio Tinto e também porque o intercetor será instalado em zona inundável, nas margens deste rio. | Aspeto não enquadrável no PGRI, não é perceptível se abrange que zona crítica do Porto vila Nova de Gaia ou se trata de outra zona inundada.                                                                                                                                 | Não contemplado. |

### Questões relacionadas com o PGRI


### ASSOCIAÇÃO

<table>
<thead>
<tr>
<th>CAP</th>
<th>QUESTÕES RELACIONADAS COM O PGRI</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td><strong>Cap. 3</strong></td>
</tr>
</tbody>
</table>

## Questões relacionadas com a seleção das Zonas críticas

A seleção das 22 zonas críticas teve em conta a informação disponível, baseada em estudos desenvolvidos ao longo de vários anos, “no âmbito do conhecimento dos fenómenos das cheias e seu impacto no território”. A seleção das 22 zonas críticas foi efetuada pela CNGRI, tendo presente os objetivos da Diretiva, o conhecimento e experiência de Portugal sobre esta temática. A questão sobre os critérios de seleção de ausência de “perdas económicas” prende-se com o fato de os dados disponíveis serem escassos e de caráter muito generalista, não sendo referenciados a nenhuma atividade específica. Não se trata de falta de ambição, mas face aos meios disponíveis assegurar o cumprimento da Diretiva.

Nesta fase não é possível considerar outras zonas. No 2.º ciclo serão tidos outros critérios, nomeadamente de natureza económica que permitirão integrar outras zonas e outras atividades.

## Questões relacionadas com a Cartografia

Relativamente à “existência de informação disponível mais completa e atualizada” refere-se que desde 2008 foi solicitado às diferentes entidades informação sobre inundações. A este pedido, a maioria das entidades contactadas referiu não dispor de qualquer tipo de informação. No desenvolvimento da implementação da DAGRI, foi utilizada a melhor informação disponível. A delimitação das zonas ameaçadas por cheia, no âmbito da DAGRI e da REN, não obedecem aos mesmos critérios, havendo diferenças na sua delimitação. No caso da DAGRI, as cartas das zonas inundáveis abrangem três cenários (fraca probabilidade, média probabilidade e probabilidade elevada). A sua delimitação foi efetuada com base em modelos hidrológicos e hidráulicos. No caso da REN, nem sempre são usados modelos para a sua delimitação e na maioria das

Na elaboração dos planos foram consideradas as “melhores práticas” e as “melhores tecnologias disponíveis”, à data, tal como referido na Diretiva, sem serem induzidos custos excessivos no domínio da gestão dos riscos de inundações, considerando que este aspeto foi salvaguardado no desenvolvimento dos planos.
<table>
<thead>
<tr>
<th>ENTIDADE</th>
<th>CONTRIBUTOS</th>
<th>ANÁLISE</th>
<th>INTEGRAÇÃO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td>situações a delimitação da zona ameaçada por cheia retratam a maior cheia conhecida, sem se encontrar associada a nenhum período de retorno. Relativamente aos trabalhos desenvolvidos pela Associação Portuguesa de Seguradores ou da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, tendo em conta os seus objetivos e a metodologia seguida considera-se difícil usar esta informação.</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>Questões relacionadas com as medidas</td>
<td>Tece considerando sobre as “boas práticas agrícolas” e o seu contributo para minimizar a erosão hídrica. Refere ainda as medidas que são impostas aos agricultores no âmbito “das ajudas diretas e que contribuem para a prevenção das consequências das cheias”. Refere ainda, que as medidas equacionadas nos PGRI destinam-se essencialmente a diminuir a vulnerabilidade e a exposição, apostando essencialmente na prevenção para atenuar os efeitos das inundações. Em seu entender “Seria importante apontar também na manutenção e recuperação, que hoje se encontram dispersas por diferentes entidades, que frequentemente assim se descartam de responsabilidades quando é necessário intervir”.</td>
<td>Tal como referido na Diretiva os PGRI devem sempre que possível assegurar a manutenção ou restauro das planícies aluviais e implementar medidas para prevenir e reduzir os danos para a saúde humana. Através da implementação de medidas de prevenção pretende-se contribuir para o ordenamento que potencie a sustentabilidade do território. Além das medidas de prevenção, também existem medidas de proteção, recuperação que em conjunto contribuirão para minimizar os riscos de inundações.</td>
<td>No PGRI foram reavaliadas as diferentes medidas e em função dos diferentes elementos expostos foram integradas ou alteradas as medidas previstas.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Apresenta uma série de considerandos sobre as obras de hidráulica agrícola, referindo que, “entre outros benefícios, podem contribuir também, quer para laminar as cheias…” aspeto este que passa despercebido nos PGRI. Dá nota que em relação a estas obras as referências no PGRI, apenas parecem visar a imposição de novas regras de gestão e condicionamento.</td>
<td>Foi feita uma avaliação de como as infraestruturas hidráulicas permitiam minimizar os riscos de inundaçãod. Neste contexto foi proposto o desenvolvimento de um “estudo específico, que permita avaliar a viabilidade de propor regras de exploração para amortecer uma cheia com período de retorno de 20 anos, atendendo que se trata na maioria dos casos de aproveitamentos com fins múltiplos.</td>
<td>Foram considerados os aproveitamentos que pelas suas características permitiam a laminagem das cheias.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Tece considerando sobre as secas e as inundações e as consequências diretas para a agricultura. Refere que nas bacias partilhadas com Espanha, ainda que sejam cumpridos os valores protocolados, a articulação entre os dois países não se deve limitar ao acordo estabelecido no âmbito da Convenção de Albufeira para o regime de caudais.</td>
<td>No caso de eventos de cheias existe uma articulação com o reino de Espanha de forma a minimizar as consequências das cheias.</td>
<td>Aspeto contemplado no PGRI.</td>
</tr>
</tbody>
</table>
Refere que a “coordenação entre diferentes sectores utilizadores dos recursos hídricos é determinante para o risco de ocorrência de cheias, em virtude da gestão que cada sector faz das descargas das respetivas barragens. No entanto, aparentemente as medidas propostas nos PGRI dirigem-se separadamente aos diferentes setores e visam essencialmente a redução da exposição e/ou da sua vulnerabilidade, não acautelando suficientemente a regularidade dos caudais nem o risco de sobreposição de ondas de cheia”.

Esta temática foi considerada no PGRI, tendo sido equacionado o desenvolvimento de estudos específicos, para avaliar a viabilidade de propor regras de exploração para amortecer uma cheia com período de retorno de 20 anos, de forma a potenciar a articulação entre as diferentes entidades envolvidas na utilização e gestão dos recursos hídricos e promover medidas para minimizar o risco de inundações.

Este aspeto encontra-se contemplado no PGRI.

Em termos de financiamento das medidas, os investimentos em obras hidráulicas no âmbito do Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural (FEADER) estão hoje muito condicionados e é sabido que o Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos (FPRH) até aqui não tem servido eficazmente para financiar medidas enquadráveis nos objetivos dos PGRI.

Refere os fundos existentes os quais já foram considerados no desenvolvimento do PRGI, aquando das potenciais fontes de financiamento para implementar estas medidas. Está previsto que partes das medidas possam ser financiadas pelo POSEUR e algumas também pelo Fundo de Proteção dos Recursos Hídricos.

Está contemplado no PGRI este aspeto.

Tece considerandos sobre a forma como o sector agrícola foi contemplado no PGRI, criticando a não integração das explorações agrícolas privadas, “na valoração das consequências em função dos elementos expostos a considerar na avaliação do risco” quadro 4.

O ter sido cartografada aquela zona significa que aquela área está sujeita à ocorrência de inundações e com tal sujeita a medias para minimizar a sua afetação. No quadro 4 não é feita a distinção entre os aproveitamentos agrícolas (públicos) e particulares, mas a valoração das consequências em função das diferentes ocupações do território. No caso da agricultura, quando se trata de “instalações agrícolas” a consequência foi considerada como sendo média.

Aspeto contemplado no PGRI.

Equipamento de captação e distribuição de água para rega

Estão previstas diferentes tipologias de medidas que visam minimizar os prejuízos associados à ocorrência de cheias.

Está previsto a implementação e monitorização das respetivas medidas.

Dado este aspeto não estar previsto na Diretiva 2007/60/CE, de 23 de outubro, nem no Decreto-Lei nº 115/2010, de 22 de outubro, não foi integrado.

Questões relacionadas com a avaliação económica das medidas

Questões relacionadas com a integração dos PGRI com os outros instrumentos territoriais

Questões relacionadas com os elementos expostos

Questões não relacionadas com o PGRI
### PLANO DE GESTÃO DOS RISCOS DE INUNDAÇÕES – RH3

#### ENTIDADE

<table>
<thead>
<tr>
<th>CONTRUTOS</th>
<th>ANÁLISE</th>
<th>INTEGRAÇÃO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>ENCONTREM SUJEITAS A INÚMERAS REGRAS DE SEGURANÇA, ALGUMAS DAS QUAS RECONHECIDAMENTE DESAJUSTADAS FACE À DIMENSÃO E AOS RISCOS QUE ESTAS OBRAS REPRESENTAM.</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### ENTIDADE

<table>
<thead>
<tr>
<th>CONTRUTOS</th>
<th>ANÁLISE</th>
<th>INTEGRAÇÃO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>QUESTOES RELACIONADAS COM O PGRI</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>QUESTOES METODOLÓGICAS</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>QUESTOES RELACIONADAS COM A SELEÇÃO DAS ZONAS CRÍTICAS</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>QUESTOES RELACIONADAS COM A CARTOGRAFIA</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>QUESTOES RELACIONADAS COM AS MEDIDAS</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>DESOBRUIR AS MASSAS DE ÁGUA: AZENHA DOS AGAPIROS ATÉ OS MOINHOS DA CURALHA E A RIBEIRA DA OURA ATÉ VIDAGO DE MODO A AUGMENTAR O CAUDAL DE ESCOAMENTO</td>
<td>O PGRI TEVE A PREOCUPAÇÃO DE ELABORAR UMA MEDIDA A NÍVEL NACIONAL DE DESASSOREAMENTO E DESOBRUIÇÃO DAS APROFUNDAMENTOS E Cursos DE ÁGUA, NO ÂMBITO DAS MEDIDAS DE PROTEÇÃO</td>
<td>SIM</td>
</tr>
<tr>
<td>INSTALAR INFRAESTRUTURAS QUE IMPOSSIBILITEM A ENTRADA DE ÁGUA DO RIO NA REDE DE ESGOTOS</td>
<td>O SISTEMA DE DRENAGEM URBANO DEVERÁ SER AVALIADO EM FUNÇÃO DA TIPLOGIA DE REDE EXISTENTE SEPARATIVA OU NÃO.</td>
<td>A SOLICITAÇÃO APRESENTADA NÃO SE ENQUADRA NAS MEDIDAS DO PGRI PREVIAS.</td>
</tr>
<tr>
<td>OBRIGATORIEDADE DE SEGUROS PARA AS INFRAESTRUTURAS PRESENTES EM ÁREA INUNDÁVEL.</td>
<td>NO ÂMBITO DAS MEDIDAS DE RECUPERAÇÃO E APRENDIZAGEM FOI DEFINIDA UMA MEDIDA “ELABORAR PROPOSTA PARA AQUISIÇÃO DE SEGURO NAS ZONAS INUNDÁVEIS” NA TENTATIVA DE DIMINUIR A VULNERABILIDADE DOS ELEMENTOS EXPOSTOS NAS ZONAS CRÍTICA</td>
<td>SIM</td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### QUESTOES NÃO RELACIONADAS COM O PGRI

### ADMINISTRAÇÃO CENTRAL

<table>
<thead>
<tr>
<th>CONTRUTOS</th>
<th>ANÁLISE</th>
<th>INTEGRAÇÃO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>QUESTOES RELACIONADAS COM A AVALIAÇÃO ECONÔMICA DAS MEDIDAS</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>QUESTOES RELACIONADAS COM A INTEGRAÇÃO DOS PGRI COM OS OUTROS INSTRUMENTOS TERRITORIAIS</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

Relatório de avaliação de participação pública

Anexo IV - (35/39)
### Questões relacionadas com o PGRI

#### Questões metodológicas

<table>
<thead>
<tr>
<th>ENTIDADE</th>
<th>CONTRUTOS</th>
<th>ANÁLISE</th>
<th>INTEGRAÇÃO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>EDP - Gestão da Produção de Energia</td>
<td>Caudal Régua (20 anos)</td>
<td>Aspelo ser revisto no 2.º ciclo de planeamento, sendo que o caudal associado ao período de retorno de 20 anos teve em conta os caudais máximos instantâneos registados desde 1725.</td>
<td>Não integrado</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Questões relacionadas com a seleção das Zonas críticas

<table>
<thead>
<tr>
<th>ENTIDADE</th>
<th>CONTRUTOS</th>
<th>ANÁLISE</th>
<th>INTEGRAÇÃO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Questões relacionadas com a Cartografia

<table>
<thead>
<tr>
<th>ENTIDADE</th>
<th>CONTRUTOS</th>
<th>ANÁLISE</th>
<th>INTEGRAÇÃO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Questões relacionadas com as medidas

<table>
<thead>
<tr>
<th>ENTIDADE</th>
<th>CONTRUTOS</th>
<th>ANÁLISE</th>
<th>INTEGRAÇÃO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>EDP - Gestão da Produção de Energia</td>
<td>Tece considerandos sobre as medidas relativas às regras de exploração de infraestruturas hidráulicas, sugerindo a alteração das medidas, tendo em conta que este tipo de medida poderá criar uma situação de falsa segurança na população a jusante das barragens.</td>
<td>As medidas previstas visam minimizar os riscos de inundação, porém as mesmas serão objeto de reanalise de forma a articular os diferentes usos e minimizar os prejuízos nas zonas críticas identificadas.</td>
<td>Alguns aspetos foram integrados.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Informa que a estação hidrometrica do Rabacal não foi automatizada, mas se houver interesse na sua automatização estão disponíveis para implementar as ações necessárias.</td>
<td>Foi proposta esta ação pela sua importância nos sistemas de previsao e alerta. Prevendo-se incluir esta estação na rede hidrométrica da APA.</td>
<td>Aspelo contemplado no PGRI.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Tece considerandos sobre as medidas previstas nos Programas de Albufeiras de Águas Públicas (para a zona terrestre de proteção) nomeadamente em relação à largura das faixas par implementar as galerias ripícolas dos tributários das albufeiras.</td>
<td>Foram avaliadas estas medidas e em função da sua mais valia na minimização das inundações.</td>
<td>Aspelo contemplado no PGRI</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Questões relacionadas com a avaliação económica das medidas

<table>
<thead>
<tr>
<th>ENTIDADE</th>
<th>CONTRUTOS</th>
<th>ANÁLISE</th>
<th>INTEGRAÇÃO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Questões relacionadas com a integração dos PGRI com os outros instrumentos territoriais

<table>
<thead>
<tr>
<th>ENTIDADE</th>
<th>CONTRUTOS</th>
<th>ANÁLISE</th>
<th>INTEGRAÇÃO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Questões relacionadas com os elementos expostos

<table>
<thead>
<tr>
<th>ENTIDADE</th>
<th>CONTRUTOS</th>
<th>ANÁLISE</th>
<th>INTEGRAÇÃO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Observações

<table>
<thead>
<tr>
<th>ENTIDADE</th>
<th>CONTRUTOS</th>
<th>ANÁLISE</th>
<th>INTEGRAÇÃO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>Tece considerandos em relação ao Anexo 8 (PGRI RH2) sobre algumas informações desactualizadas que carecem de ser revistas sobre as Normas de exploração das albufeiras.</td>
<td>Estes aspetos serão revistos e atualizados em função da informação agora disponibilizada.</td>
<td>Aspelo contemplado no PGRI.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Propõe disponibilizar informação para completar a informação do mapeamento das zonas inundadas nos vales em que dispõe de Planos de emergência internos.</td>
<td>Informação importante e que permitirá melhorar a zonas inundadas.</td>
<td>Aspelo a integrar no 2.º ciclo de planeamento.</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

#### Questões não relacionadas com o PGRI

<table>
<thead>
<tr>
<th>ENTIDADE</th>
<th>CONTRUTOS</th>
<th>ANÁLISE</th>
<th>INTEGRAÇÃO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td>ENTIDADE</td>
<td>CONTRIBUTOS</td>
<td>ANÁLISE</td>
<td>INTEGRAÇÃO</td>
</tr>
<tr>
<td>----------</td>
<td>-------------</td>
<td>---------</td>
<td>------------</td>
</tr>
<tr>
<td>ORGANIZAÇÃO NÃO GOVERNAMENTAL</td>
<td></td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>

### Questões relacionadas com o PGRI

#### Questões metodológicas

- **Alargar o estudo a cheias urbanas e litorais**
  - No 1.º ciclo de planeamento foi acordado pela Comissão de Gestão dos Riscos de Inundações (CNGRI) que não seriam incluídas as zonas costeiras e cheias urbanas causadas por deficiente drenagem.
  - **Não**

- **Necessário existir medidas de cooperação com Espanha para as bacias partilhadas (regime de caudais)**
  - No que respeita à zona crítica identificada na RH1, e conforme se explicita no PGRI, "...não é expectável qualquer influência das inundações decorrente da gestão com o Reino de Espanha, nomeadamente para as Zonas Críticas de Ponte de Lima e Ponte da Barca".
  - **Não**

### Questões relacionadas com a seleção das Zonas críticas

### Questões relacionadas com a Cartografia

- **Utilizar cartografia dos municípios que tem maior detalhe**
  - Na versão final do PGRI foram introduzidas orientações sobre a articulação dos PGRI com outros Instrumentos de Gestão Territorial, nomeadamente no que respeita aos PDM e à necessidade de realizar estudos de pormenor a uma escala superior à utilizada nos PGRI.
  - Foi inserido com resultado de diversos contributos durante a fase de participação pública.

### Questões relacionadas com as medidas

- **Reforçar o SVARH**
  - Os PGRI contemplam o reforço do SVARH em todas as zonas críticas com novas estações automáticas hidrométricas e meteorológicas, com a implementação de modelos de previsão hidrológica e hidráulica que permitem algum tempo de antecipação na emissão de aviso.
  - Já faz parte dos PGRI

- **Introdução de medidas legislativas de forma a alterar os “direitos adquiridos”**
  - As medidas de caráter legislativo propostas nos PGRI incidem sobre

- **Aplicar medidas para melhorar a continuidade longitudinal dos rios**
  - Nos PGRI são propostas diversas que visam a recuperação da morfologia natural dos rios, de modo a contribuir a diminuição da profundidade, da velocidade de escoamento e do caudal conduz à redução da perigosidade hidrodinâmica.
  - Já faz parte dos PGRI

- **Intervenções para melhorar a cobertura da vegetação ribeirinha e a penalização de práticas que**
  - Os PGRI propõem diversas medidas de Proteção que visam recuperar e melhorar a vegetação ribeirinha, de
  - **Não**
<table>
<thead>
<tr>
<th>ENTIDADE</th>
<th>CONTRIBUTOS</th>
<th>ANÁLISE</th>
<th>INTEGRAÇÃO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td></td>
<td>promovam a sua remoção ou degradação</td>
<td>modo a potenciar e valorizar o património natural.</td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Gestão adequada da cobertura vegetal dos solos na BH a montante da ZC em articulação com os Planos Regionais de Ordenamento Florestal</td>
<td>Os PGRI incluem um conjunto de medidas “verdes” que incluem a instalação de galerias ripícolas com espécies lenhosas arbóreas ou arbustivas autóctones. Esta medida potencia infiltração e interceção da precipitação minimizando o escoamento superficial.</td>
<td>Não</td>
</tr>
</tbody>
</table>

**Questões relacionadas com a avaliação económica das medidas**

**Questões relacionadas com a integração dos PGRI com os outros instrumentos territoriais**

Para uma correta avaliação dos riscos deverão articular com os diversos organismos da Administração central e autarquias

A CNGRI é composta por representantes de diversos organismos da Administração Central e local, como a ANPC, ANMP, DGT e ARH. Aquando da implementação do 2.º ciclo da diretiva poder-se-á pensar no envolvimento de outras entidades.

**Questões não relacionadas com o PGRI**
<table>
<thead>
<tr>
<th>ENTIDADE</th>
<th>CONTRIBUTOS</th>
<th>ANÁLISE</th>
<th>INTEGRAÇÃO</th>
</tr>
</thead>
<tbody>
<tr>
<td>Maria Leonor Pereira</td>
<td>Questões relacionadas com o PGRI</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Questões metodológicas</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Questões relacionadas com a seleção das Zonas críticas</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Questões relacionadas com a Cartografia</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Questões relacionadas com as medidas</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Questões relacionadas com a avaliação económica das medidas</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Questões relacionadas com a integração dos PGRI com os outros instrumentos territoriais</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Solicita informação sobre “de que forma será feita a articulação entre este plano e os planos municipais de ordenamento do território actualmente em elaboração e/ou revisão uma vez que a cartografia elaborada apresenta evidentes desajustes à realidade do território resultado das metodologias e escalas de elaboração”.</td>
<td>A articulação entre este IGT e os planos municipais de ordenamento do território deverá ter em conta a escala de delimitação ao nível local, devendo ser considerado um modelo digital de terreno de elevada resolução. Na modelação das áreas inundadas deverão ser considerados os mesmos critérios, de forma que as áreas sejam passíveis de comparação.</td>
<td>Aspeto integrado no PGRI</td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Questões relacionadas com os elementos expostos</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
<tr>
<td></td>
<td>Questões não relacionadas com o PGRI</td>
<td></td>
<td></td>
</tr>
</tbody>
</table>